

## **Aplicar as regras da UE em matéria de pescas reforçará a competitividade, a resiliência e a segurança alimentar, afirma a Oceana**

Desde a reforma da Política Comum das Pescas, em 2013, o setor das pescas da UE tem registado progressos no sentido da sustentabilidade, mas as lacunas na aplicação da lei têm prejudicado o seu sucesso

**Bruxelas** - A Comissão Europeia publicou hoje a sua avaliação da Política Comum das Pescas (PCP) e da Organização Comum de Mercado (OCM) para os produtos do mar, analisando o desempenho do quadro regulamentar da UE em matéria de pescas desde a sua reforma de 2013. Segundo a Oceana, a PCP continua adequada ao seu objetivo e capaz de concretizar as principais prioridades da UE, nomeadamente a competitividade, a resiliência e a segurança alimentar, desde que seja aplicada de forma plena e coerente.

***“A última década mostra que a gestão sustentável das pescas funciona, beneficiando o oceano, os pescadores e os consumidores. A PCP proporciona o enquadramento adequado, mas a sua implementação tem sido desigual e, em muitos casos, demasiado lenta”***, afirma Vera Coelho, diretora executiva e vice-presidente da Oceana na Europa. ***“A prioridade, neste momento, não é reformular a política, mas sim aplicá-la na íntegra. Em vez de atrasar, de novo, a ação necessária para atingir os compromissos já assumidos, a UE deve pôr fim à sobrepesca de uma vez por todas, e garantir a resiliência do oceano e das comunidades piscatórias que dele dependem.”***

### **O progresso na sustentabilidade mostra que a política está a funcionar**

A percentagem de populações de peixes exploradas de forma sustentável tem vindo a aumentar desde 2013. No Atlântico Nordeste, onde os limites de captura têm sido estabelecidos de forma mais alinhada com as recomendações científicas, esta percentagem aumentou de 54% para 69%, contribuindo para ecossistemas mais saudáveis, capturas mais estáveis e um melhor desempenho económico das frotas de pesca. Também se observaram progressos no Mediterrâneo e no mar Negro, onde a proporção de unidades populacionais exploradas de forma sustentável aumentou de 26% para 53%, embora sejam ainda necessários mais esforços.

A gestão sustentável das pescas também está a manter a frota à tona. O setor das pescas da União Europeia registou uma melhoria acentuada da rentabilidade após a reforma de 2013. Ainda que as tendências recentes sejam menos favoráveis, o setor manteve-se lucrativo apesar das significativas pressões externas, incluindo a pandemia da COVID-19 e

o aumento dos custos da energia. Isto reforça a mensagem de que a sustentabilidade ambiental e o desempenho económico andam de mãos dadas.

***“A plena aplicação da PCP é também essencial para a realização das prioridades da UE em matéria de competitividade, segurança alimentar e autonomia estratégica”,*** acrescentou Vera Coelho. ***“A atividade de pesca depende de da saúde e abundância de um recurso. Consequentemente, uma Política Comum da Pesca (PCP) forte e corretamente aplicada não representa uma limitação, mas sim um pré-requisito para um abastecimento estável de pescado, uma indústria competitiva e a soberania alimentar da Europa a longo prazo.”***

### **As lacunas na implementação ainda prejudicam o impacto global**

A próxima etapa consiste em garantir que todos os Estados-Membros cumpram plenamente as obrigações que lhes incumbem no âmbito da PCP, com ênfase na erradicação da sobrepesca e na resolução dos desequilíbrios remanescentes na capacidade de pesca. A modernização da frota já ocorreu em vários países, demonstrando que a descarbonização, a inovação e a competitividade podem avançar no quadro atual, sem comprometer as normas de sustentabilidade.

A proteção do meio marinho continua a ser uma lacuna crítica. A aplicação adequada da gestão das pescas nas Áreas Marinhas Protegidas (AMP) garantirá que os Estados-Membros apoiem efetivamente a recuperação dos ecossistemas e aumentem as capturas dos pescadores. Atualmente, a maioria das AMP na UE continuam a ser meros “parques de papel” – linhas traçadas em mapas, onde a pesca destrutiva, como a pesca de arrasto pelo fundo, é praticada sem restrições. A Oceana sublinha que estas áreas devem funcionar como verdadeiras zonas de conservação, livres de práticas destrutivas, ajudando a UE a cumprir o seu objetivo de proteger 30% do oceano até 2030.

### **Maior transparência e aplicação são próximos passos fundamentais**

Além de avaliar o regulamento de base da PCP, a Comissão também avaliou o regulamento da Organização Comum de Mercado, que inclui requisitos fundamentais sobre a transparência dos produtos do mar. A Oceana insta a Comissão Europeia a alterar a OCM, de modo a garantir a obrigatoriedade de informação básica para todos os produtos do mar. Isto deve incluir produtos preparados e conservados, bem como pescado consumido em restaurantes, hotéis e catering. A Oceana também defende a disponibilização de informações mais claras sobre a origem e o registo dos navios de pesca. Uma maior transparência seria benéfica para os consumidores, comerciantes e vendedores de pescado, permitindo-lhes tomar decisões informadas e evitar produtos

associados a práticas ambientais ilegais e insustentáveis, bem como a condições de trabalho pouco éticas.

Numa perspetiva de futuro, a avaliação da Comissão será tida em conta nos debates sobre o futuro da PCP e da OCM. O reforço da conformidade e o aproveitamento dos progressos alcançados serão essenciais para garantir um futuro mais competitivo, resiliente e sustentável para as pescas da UE.